Origem do CFO (Certificado Fitossanitário de Origem)

CELSO ROBERTO RITTER

Palavras-chave: CFO, Fitossanidade, Quarentenário

“Brasil, um dos mercados mais fechados do mundo”. Esta era a imagem do nosso país junto ao mercado internacional até o ano de 1994. O final deste ano marca a sucessão do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que igualmente ao GATT, possui o objetivo de implementar o comércio internacional de bens e serviços, eliminando ou reduzindo ao máximo as barreiras desnecessárias ao mesmo. Embora os objetivos permaneçam os mesmos, a OMC conta com dispositivos até então inexistentes no GATT, que facilitam em muito a discussão das controvérsias existentes entre os países membros. As regras do GATT impostas a partir de 1943, traziam aos países em desenvolvimento, que possuem sua pauta de exportações fortemente embasada em “comodities” agrícola, dificuldades no comércio internacional, pois as regras nesta área eram bastante deficitárias.

O Brasil ingressou na OMC, em finais de 1994, tornado-se signatário de dezessete acordos internacionais de regulação do comércio internacional de bens e serviços, os chamados “Acordos de Marrakech”, e a partir daí passa a experimentar a realidade de um mercado aberto aos produtos de outros países signatários dos acordos, resultando num incremento extraordinário no trânsito internacional de mercadorias.

Um dos acordos assinados junto a OMC, diz respeito ao direito que os países membros possuem de estabelecer medidas de proteção ao seu patrimônio vegetal, a saúde dos seus rebanhos e de sua população, o chamado “Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias – SPS”. O incremento do trânsito de produtos oriundos da agropecuária, traz consigo um incremento no risco de introdução de pragas até então ausentes nos países compradores. Este acordo utiliza regras, normas e procedimentos internacionalmente reconhecidos e aceitos pelos países signatários: Para a proteção da saúde dos seus rebanhos, o país deve embasar suas medidas nas diretrizes dadas pela Organização Internacional de Epizootias – OIE, que modernamente se atualizou para Organização Mundial de Sanidade Animal, com sede na França. Para a proteção da saúde de sua população o país deve embasar suas medidas nas diretrizes determinadas pelo Codex Alimentarius da Organização Mundial da Saúde, o qual determina a dose aceitável diária dos diversos produtos utilizados

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Rua: Dos Funcionários, 1559 - Bairro Cabral - Curitiba - Paraná CEP: 80035-050

Fone: (41) 313 – 4066 - Fax: (41) 352- 5698 - E-mail: ritter@pr.gov.br

na produção e preparação dos alimentos. Na área vegetal, para que um país qualquer possa interpor uma barreira sanitária, visando sua proteção contra a introdução de uma nova praga, seja ela agrícola ou florestal, é necessário que anteriormente o mesmo tenha desenvolvido estudos científicos que comprovem a não ocorrência da praga em seu território, e a partir deste estudo, inclua a referida praga no seu listado de Pragas Quarentenárias. Estes procedimentos estão contidos na Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária – CIPF da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – ONU/FAO, a qual é utilizada como base para todas as ações abarcadas pelo SPS, Segundo as regras da CIPF são três os tipos de pragas quarentenárias:

- Pragas Quarentenárias A1: São as pragas que não ocorrem no País;
- Pragas Quarentenárias A2: São as pragas que ocorrem no País, porem de forma regionalizada, e estão submetidas a um programa, oficial de controle;
- Pragas Não Quarentenárias Regulamentadas: São as pragas para as quais somente é possível interpor uma medida de proteção fitossanitária desde que o produto em foco se destine ao plantio.

Sempre que se esteja comercializando um produto potencial veículo de uma praga quarentenária, o país comprador, irá exigir que o mesmo esteja acompanhado de um Certificado Fitossanitário de Origem - CFO, certificando tanto a sanidade como a origem do produto, conforme a realidade fitossanitária do país importador.

As regras da CIPF exigem que as medidas de proteção fitossanitárias advenham de uma análise de risco de pragas, afim de que se possa diagnosticar anteriormente a existência e a extensão do risco de introdução de uma nova praga em uma região ainda indene. A partir do dimensionamento do risco é que se interpõe a medida de proteção, não podendo ser esta, mais severa que o risco oferecido, sob pena de ser classificada como medida protecionista de mercado.

É importante que os países primem pela qualidade de suas certificações, uma vez que os países compradores aceitam como verdade que o “status” fitossanitário expresso no certificado reflete a real fitossanidade do produto. Para que a certificação de um país tenha credibilidade junto ao comércio internacional, é necessário que a organização nacional de proteção fitossanitária, que no caso do Brasil é o Ministério da Agricultura, desenvolva, dentro de suas fronteiras, uma política consistente, contínua e permanente de ações voltadas para a defesa sanitária vegetal.

DIVISÃO DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL – DDSV

CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM – CFO
Procedimentos Técnicos e Legais para Emissão

Celso Roberto Ritter
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Rua: Dos Funcionários, 1559 - Bairro Cabral
Curitiba - Paraná CEP: 80035-050
Fone: (41) 313 – 4066 - Fax: (41) 352- 5698
E-mail: ritter@pr.gov.br

Palavras-chave: OMC, Normas, CFO

O início da certificação da origem e da sanidade de vegetais no Brasil data de 1934, com a aprovação de Decreto Federal nº 24114/34, que regulamenta a defesa sanitária vegetal no País. Durante os últimos sessenta e seis anos, a emissão de certificados foi prerrogativa exclusiva dos funcionários do Ministério da Agricultura, que mediante amostragem e análise visual ou laboratorial, dos produtos nos portos, aeroportos ou postos de fronteiras secas, determinavam o estado sanitário do produto, para então certifica-lo. Com a abertura da economia e retirada das barreiras comerciais, iniciada por volta do ano de 1990 e consolidada com a assinatura dos acordos junto à Organização Mundial do Comércio – OMC, em finais de 1994, houve um incremento substancial na quantidade de mercadoria que chegavam aos pontos de fronteira, destinados à exportação, dificultando assim o trabalho do Ministério da Agricultura, tanto na quantidade quanto na qualidade das certificações.

Levado por esta nova realidade de mercado, e pela necessidade de implantar um sistema de certificação da origem e sanidade de vegetais e suas partes, consistente e merecedor de credibilidade junto aos nossos parceiros comerciais, o Ministério da Agricultura, através da Instrução Normativa n.º 246/98, determinou que o certificação fitossanitária de origem seja efetuada pelos engenheiros agrônomos e engenheiros florestais da iniciativa privada, mediante o efetivo acompanhamento dos processos produtivos. Determina também que a responsabilidade pela implantação e coordenação dos trabalhos de certificação cabe às Unidades da Federação.

Em outubro de 1999 o Ministério da Agricultura publicou a Instrução Normativa nº 38/99, que determinam quais são as pragas quarentenárias do Brasil. Logo a seguir em março de 2000, são publicadas as Instruções

Normativas n.º 6/2000 e 11/2000. A primeira estabelece novas regras para a certificação fitossanitária de origem, corrigindo imperfeições e revogando a antiga I.N. 246/98, a segunda determina que os vegetais potenciais veículos de pragas quarentenárias A2 e pragas não quarentenárias regulamentadas necessitarão de permissão de trânsito de vegetais, para transitarem de regiões infestadas para regiões indenizadas daquelas pragas.

O Estado do Paraná, que responde por grande parte da produção agrícola e florestal do País, conta com a presença em seu território, de três pragas quarentenárias A2: Xanthomonas axonopodis pv citri e Xylella fastidiosa que são pragas de frutos cítricos e Sirex noctilio que é praga de pinus. De acordo com as regras atuais, estes são os produtos que necessitam de certificação de origem e sanidade para o trânsito interno. Já para o trânsito internacional, as exigências ou os requisitos fitossanitários são harmonizados em acordos internacionais. Desta forma, os produtos e as pragas que necessitam de certificação para o trânsito internacional, são os mais variados possíveis, dependendo do estado fitossanitário de país comprador.

Visando fazer frente aos novos desafios nacionais e internacionais para a comercialização e trânsito de vegetais e seus produtos, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, publicou a Resolução Estadual n.º 90/2000, que complementa as Instruções Normativas do Ministério da Agricultura, e estabelece as bases para a certificação fitossanitária de origem dos produtos agrícolas e florestais paranaenses.

RESOLUÇÃO SEAB N.º 90/2000

O Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 1.º da Lei Estadual n.º 11.200 de 13 de novembro de 1995, tendo em vista proposição do Departamento de Fiscalização, considerando: a importância da manutenção do patrimônio fitossanitário estadual para a preservação da competitividade da agricultura paranaense e garantia do processo de certificação fitossanitária; a publicação da Instrução Normativa MA n.º 38/99 – Lista de Pragas Quarentenárias do Brasil; a publicação da Instrução Normativa n.º 6/2000 – Regras para a Certificação Fitosanitária de Origem; a necessidade de fiscalizar os procedimentos para a certificação da origem e da sanidade dos produtos agrícolas e florestais do Estado do Paraná visando à manutenção e promoção de sua credibilidade junto ao comércio nacional e internacional.

RESOLVE:

Art. 1.º. O Sistema Estadual de Certificação Fitossanitária de Origem – SISE/CFO tem por finalidade a certificação da origem e da sanidade de vegetais e suas partes, competindo a SEAB sua coordenação e fiscalização.

Parágrafo único. O SISE/CFO será pautado em normas federais do Ministério da Agricultura, em normas estaduais editadas pela SEAB, em regras advindas de acordos internacionais firmados pela União e em atos e parâmetros editados pelos órgãos regulamentadores de profissão.

Art. 2.º. A SEAB, através do DEFIS, capacitará e mediante ato do Chefe do DEFIS credenciará os profissionais habilitados para a execução dos trabalhos relacionados à Certificação de que trata esta Resolução.

§ 1º Para fins de credenciamento o profissional deverá:

I - estar apto a exercer sua profissão em território paranaense;

II - não ter sido condenado por reincidir em infração às normas de defesa sanitária vegetal do Estado do Paraná, em processo transitado em julgado nesta esfera administrativa;

III - ter sido aprovado no treinamento de capacitação e habilitação ao credenciamento;

IV - preencher e entregar os formulários e documentos exigidos pela SEAB.

§ 2º O credenciamento terá validade de três (3) anos, renovável por iguais períodos mediante requerimento ao Chefe do DEFIS.

Art. 3.º. A certificação de que trata esta Resolução será comprovada:

I - através do **Certificado Fitossanitário de Origem – CFO**, quando executada junto a áreas produtivas agrícolas e florestais;

II - através do **Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC**, quando for executada junto a unidades centralizadoras de comercialização.

§ 1º Os formulários de CFO e CFOC deverão obedecer aos modelos constantes dos Anexos I e II, respectivamente.

§ 2º Os CFO e CFOC deverão ser identificados através de número de ordem, seguido de barra, ano de expedição, traço e número da credencial do emitente.

Art. 4.º. Na comercialização de produtos certificados será obrigatório o registro do número do CFO ou do CFOC no corpo na nota fiscal ou nota do produtor.

Art. 5.º. A comprovação de irregularidades, em qualquer fase da certificação, acarretará sua anulação, sem prejuízo da apuração de responsabilidades mediante processo administrativo.

Art. 6.º. O profissional responsável pela certificação deverá deter a responsabilidade técnica pelo processo de produção do produto que certifica.

Art. 7.º. A substituição do profissional credenciado responsável técnico pela certificação somente será autorizada pela SEAB mediante requerimento do responsável legal pela área inscrita, com as anuências dos profissionais substituído e substituinte.

Parágrafo único. A solicitação de substituição deverá estar acompanhada de fotocópias da Caderneta de Visitas e dos Registros de Campo relativos à área inscrita, cuja cessão pelo profissional substituído é obrigatória.

Art. 8.º. A Certificação Fitossanitária de Origem dar-se-á mediante inscrição da área produtiva e pelo efetivo acompanhamento da atividade cujo produto será certificado.

§ 1º A inscrição da área produtiva será efetuada pelo responsável técnico pela certificação através de formulário próprio, contendo:

- I. Nome e dados do responsável legal pela área produtiva a ser inscrita;
- II. Nome da propriedade e de suas confrontantes;
- II. Endereço, localização, município e número do INCRA da área produtiva;
- IV. Tamanho da área da propriedade e da área a ser inscrita em ha;
- V. Coordenadas geográficas da propriedade, caso existam;

VI. Espécie e cultivar a ser acompanhada;

VI. Número da ART do projeto técnico da atividade cujo produto será certificado;

VIII. Data prevista para o plantio, caso for;

IX. Nome e número da credencial do Profissional responsável.

§ 2º A área inscrita será identificada por um número de ordem, seguido de barra, ano vigente, traço e código da cultura acompanhada.

§ 3º Entende-se por efetivo acompanhamento, para fins deste artigo:

I - para culturas não perenes, o acompanhamento do plantio à colheita;

II - para culturas perenes, o acompanhamento do florescimento à colheita;

III - para atividades florestais, o acompanhamento de pelo menos um ciclo de monitoramento e controle da praga para o qual o produto será certificado.

§ 4º O efetivo acompanhamento deverá ser comprovado através da Caderneta de Visitas e dos Apontamentos de Acompanhamento de Campo, os quais deverão ser mantidos à disposição do fiscal agropecuário.

§ 5º A Caderneta de Visitas obedecerá a modelo oficial e será fornecido pela SEAB ao profissional no ato do seu credenciamento.

§ 6º O registro de visita na caderneta deverá conter:

I - Dados da área produtiva inscrita;

II - Data e número da visita;

III - Assinatura do responsável legal pela área inscrita;

IV - Assinatura do Profissional credenciado.

§ 7º Os Apontamentos de Acompanhamento de Campo serão efetuados em formulário próprio conforme modelo do anexo III, contendo no mínimo:

- I - número da visita que originou o registro;
- II - dados do responsável legal pela área inscrita;
- III - dados da cultura;
- IV - principais ocorrências fitossanitárias;
- V - medidas de prevenção e controle adotadas;
- VI - agrotóxicos e outros produtos fitossanitários utilizados;
- VII - produtividade estimada;
- VIII - produção colhida.

§ 8º Laudos de inspeção de campos de sementes e outros documentos oficiais contendo as informações constantes do parágrafo anterior podem ser reconhecidos como apontamentos de acompanhamento de campo.

Art. 9º. As unidades centralizadoras que pretendam comercializar produtos certificados mediante emissão de CFOC deverão promover o seu cadastro junto a SEAB.

Art. 10. A Certificação Fitossanitária de Origem Consolidada deverá ser executada pelo profissional credenciado pela SEAB, mediante o efetivo acompanhamento do recebimento, armazenamento e expedição dos produtos certificados.

§ 1º O efetivo acompanhamento deverá ser comprovado através do Livro de Registro de Lote, o qual deverá ser mantido à disposição do fiscal agropecuário.

§ 2º Cada lote formado na unidade centralizadora deverá receber um número de identificação e permanecer armazenado de modo a evitar mistura com outros lotes ou com produtos não certificados.

§ 3º O armazenamento deverá ser efetuado de modo a permitir pleno acesso ao lote pelos fiscais agropecuários.

§ 4º O Livro de Registro de Lote, com folhas numeradas, deverá no mínimo conter:

- I - data do recebimento da cada carga certificada;
- II - números dos CFOs, das Permissões de Trânsito e notas fiscais ou notas do produtor referentes às cargas que compõem o lote;
- III - quantidade do produto que compõe o lote;
- IV - número do CFOC;
- V - registro das saídas do produto, com as respectivas datas e números das notas fiscais.

§ 5º As vias do CFO ou da Permissão de Trânsito dos produtos integrantes do lote deverão permanecer arquivadas na unidade centralizadora e à disposição dos fiscais agropecuários da SEAB, pelo período de doze (12) meses a contar do término da comercialização do lote.

Art. 11. A utilização de CFO's e CFOC's e a certificação de produtos, feitas de forma displicente, errada, indevida ou fraudulenta constitui-se em infração nos termos do Artigo 45 do Decreto Estadual n.º 3.287 de 10/07/97, passível das punições nele previstas.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

CUMPRASE

Curitiba, 27 de julho de 2000.

ANTÔNIO LEONEL POLONI
Secretário de Estado